



UNIÃO – COOPERATIVA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E DESENVOLVIMENTO

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

2022/2024

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
NA INDÚSTRIA DE ENERGIA
ELÉTRICA DE CAMPINAS**

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO que entre si fazem, na forma abaixo, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CAMPINAS/SINERGIA CUT**, com sede na Rua Doutor Quirino n.º 1511, Centro, Campinas (SP), CEP 13015-082, CNPJ n.º 46.085.528/0001-01, doravante denominado simplesmente de **SINDICATO**, neste ato representado por seu Presidente Claudinei Donizete Ceccato CPF n.º 078.802.148-60 e de outro lado a **UNIÃO – COOPERATIVA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E DESENVOLVIMENTO**, estabelecida na Rodovia Délcio Custódio da Silva, Km 4, S/N.º - SALA 01 – Zona Rural, em São José do Rio Preto (SP), CEP 15048-000, e CNPJ n.º 09.197.202/0001-40, doravante denominada simplesmente **COOPERATIVA**, neste ato representada pelo Sr. **DORCILIO GONÇALVES DO CARMO**, CPF n.º 547.663.978-00, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho vigorará pelo período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2024, podendo ser prorrogado até 29 de fevereiro de 2025 por vontade das partes.

Parágrafo Único: As cláusulas econômicas do presente acordo serão objetos de discussão anualmente na data-base em 1º de março de cada ano.

CLÁUSULA 2ª - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os empregados da COOPERATIVA.

CLÁUSULA 3ª - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de março de 2022, os salários serão reajustados pelo índice IPCA - IBGE em 10,54% (dez vírgula cinquenta e quatro por cento).

CLÁUSULA 4ª - POLÍTICA DE BENEFÍCIOS

Ficam assegurados todos os benefícios coletivos e/ou individuais atualmente vigentes na COOPERATIVA, bem como aqueles constantes de resoluções e/ou regulamentos internos, Acordos Coletivos anteriores e negociações sindicais, especialmente no que se refere ao convênio farmácia.

CLÁUSULA 5ª - PISO SALARIAL

O piso salarial na COOPERATIVA será de R\$ 1.395,45 (um mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos) já considerando o reajuste de 1º de março de 2022, devendo ser majorado sempre que ocorrer reajuste geral de salários na COOPERATIVA.

Parágrafo Único: Havendo necessidade de contratação de um auxiliar de escritório, ficará estabelecido que o piso salarial nesta função será de R\$ 1.215,21 (um mil e duzentos e quinze reais e vinte e um centavos), devendo ser majorado sempre que ocorrer reajuste geral de salários na COOPERATIVA



CLÁUSULA 6ª – PARTICIPAÇÕES

Fica assegurado aos trabalhadores da área de vendas de materiais elétricos e equipamentos o recebimento de 1% (um por cento) do valor das vendas realizadas no mês, exceto nas vendas de postes padrão. Fica assegurado também aos trabalhadores eletricitas, bem como para os trabalhadores lotados em campo o recebimento do percentual de 10% (dez por cento) do valor do percebido em prestação de serviços, exceto os serviços contratados junto à empresa CERRP e/ou outra concessionária/permissionária.

Parágrafo Único: as participações que tratam o caput deverão ser pagas ao trabalhador no mesmo dia do pagamento do salário.

CLÁUSULA 7ª - ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias realizadas pelos trabalhadores eletricitas, de segunda à sexta-feira, serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal e as horas extraordinárias realizadas aos sábados, domingos e feriados serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal e, as horas extraordinárias realizadas pelos trabalhadores lotados na Loja de Vendas de Materiais Elétricos, de segunda a sábado, serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal e as horas extraordinárias realizadas aos domingos e feriados serão remuneradas com acréscimo de 100% sobre o valor da hora normal.

CLAUSULA 8 - REFEIÇÃO - HORAS EXTRAS

A COOPERATIVA concederá aos seus trabalhadores uma refeição quando houver serviço extraordinário.

CLÁUSULA 9ª - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O adicional de periculosidade será aplicado dentro dos critérios definidos na Lei n.º 7.369/85, Decreto n.º 92.212/85 e NR-10.

Parágrafo Único: O adicional de periculosidade terá como base de cálculo a remuneração recebida no mês, acrescida dos adicionais, dentre eles o adicional por tempo de serviço.

CLÁUSULA 10ª - VALE REFEIÇÃO

A COOPERATIVA fornecerá a seus empregados Vale Alimentação, mediante Ticket, no valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), a partir de 03/2022.

§1º: Conforme orientação do TRT o fornecimento não terá natureza salarial, nem se integrará na remuneração dos empregados, nos termos da Lei n.º 6.321/76 e Decreto n.º 78.676/76.

§2º: O benefício será concedido também nos períodos de afastamento, por exemplo, licença-maternidade, licença para tratamento de doença e/ou acidente de trabalho até 120 dias, à partir da data do atestado médico caracterizando o afastamento. Ser por algum motivo o funcionário necessitar ficar afastado por mais de 120 dias, o benefício do vale-refeição será suspenso automaticamente.

HP

d 3

§3º O referido benefício será pago novamente quando o funcionário retornar ao trabalho, com a apresentação do atestado de alta médica.

CLÁUSULA 11ª - CONVÊNIO MÉDICO

A COOPERATIVA manterá convênio médico e hospitalar, por meio da empresa Unimed, ou outro plano similar, garantindo o atendimento de seus empregados e respectivos dependentes (esposas e filhos até 18 anos), cujo custeio será de 45% (quarenta e cinco por cento) para o titular e 55% (cinquenta e cinco por cento) para a COOPERATIVA.

§1º O benefício será concedido também nos períodos de afastamento, por exemplo, licença maternidade, licença doença, até 120 dias, a partir do atestado médico caracterizando o afastamento.

§2º No caso de afastamento por motivo de acidente de trabalho, o convênio médico será mantido por todo o período de afastamento, desde a data do atestado médico.

§3º Nos casos de licença maternidade, licença doença e ou licença por acidente de trabalho, o funcionário será responsável pelo pagamento dos 45% do custeio do plano de saúde, devendo este manter em dia sua devida parte, mesmo no período de afastamento, tendo que depositar em conta corrente da UNIÃO os valores respectivos do seu plano e dos seus dependentes, se houver. Se porventura os valores que são de responsabilidade do funcionário, ou seja, 45%, não for depositado em conta corrente em até 90 dias, o benefício será cancelado. A empresa fornecerá os dados bancários com antecedência para as providências do trabalhador nestas circunstâncias e também fará o controle dos depósitos de cada trabalhador afastado

CLÁUSULA 12ª - AUXÍLIO-MEDICAMENTO

A COOPERATIVA manterá o benefício de convênio-farmácia.

CLÁUSULA 13ª - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

A COOPERATIVA reconhece estabilidade do empregado no período de até 12 (doze) meses que antecede o tempo de serviço necessário para aquisição do direito de aposentadoria perante o INSS, desde que não haja motivo por justa causa ou por baixo rendimento, previamente comprovados, devendo o trabalhador informar a empresa na data que atingir a estabilidade pré-aposentadoria.

CLÁUSULA 14ª - PROCESSO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

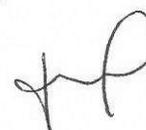
A COOPERATIVA se compromete a realizar reuniões sempre que solicitada pelo SINDICATO para o acompanhamento do cumprimento deste instrumento, bem como para discussão e implementação de outras reivindicações, instaurando um sistema de negociação permanente, sempre que houver necessidade.

CLÁUSULA 15ª - SEGURO DE VIDA

A COOPERATIVA manterá o seguro de vida existente e custeará integralmente para todos os empregados um seguro de vida.

CLÁUSULA 16ª - UNIFORMES

A COOPERATIVA fornecerá gratuitamente aos empregados uniformes, EPI's e EPC's sempre que necessário, ficando assegurado o mínimo de 3 (três) uniformes por semestre.



CLÁUSULA 17ª - LANCHE MATINAL

O lanche matinal será fornecido nos dias úteis.

CLÁUSULA 18ª - MENSALIDADE SINDICAL

A COOPERATIVA efetuará os descontos em folha de pagamento das mensalidades dos associados ao SINDICATO, mediante autorização do empregado, repassando ao SINDICATO os valores descontados no quinto dia útil seguinte ao mês do desconto.

CLAUSULA 19ª - QUALIDADE DE VIDA

A COOPERATIVA deverá desenvolver programas sobre hábitos alimentares, combate ao sedentarismo, drogas, visando melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

CLAUSULA 20ª - GRUPO DE ANÁLISE DE ACIDENTES E SEGURANÇA NO TRABALHO

A COOPERATIVA criará uma comissão de trabalho voltado à análise de acidentes de trabalho, formado por um representante titular e um suplente indicados pelo SINDICATO e por representantes da COOPERATIVA.

Parágrafo 1º. Além de investigar e apontar eventuais causas de acidentes, referido grupo terá por objetivo propor soluções, diretrizes, normas e procedimentos que visem aprimorar as condições de trabalho e políticas de saúde e segurança da COOPERATIVA.

Parágrafo 2º. A COOPERATIVA remeterá ao SINDICATO, mensalmente, cópias das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT).

Parágrafo 3º. Durante a vigência do presente acordo, o grupo de que trata esta cláusula poderá realizar campanhas relativas à saúde e segurança, avaliar EPI's, EPC's e sugerir trocas, bem como a adoção de medidas preventivas.

Parágrafo 4º. As viagens que se fizerem necessárias para o cumprimento dos objetivos do grupo em questão, bem como despesas correspondentes, serão reembolsadas pela COOPERATIVA, conforme política vigente.

Parágrafo 5º. Desde que o número de trabalhadores atinja ao limite determinado por lei.

CLÁUSULA 21ª - REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

A implementação de eventuais processos de reestruturação por parte da COOPERATIVA deverá respeitar os seguintes princípios:

- a) A COOPERATIVA implantará uma política de treinamento objetivando a requalificação profissional de seus funcionários, destinando o valor necessário a requalificação ou curso;

HP

5
[Assinatura]

- b) A COOPERATIVA concederá licença remunerada de quantos dias forem necessários para treinamento profissional;
- c) A COOPERATIVA garantirá ao SINDICATO a realização de inspeção prévia para o funcionamento de novas unidades de serviço ou produção;
- d) Para os novos funcionários será feito o treinamento específico no prazo máximo de um ano após admissão, pelo número de dias que se fizer necessário;
- e) Ainda para os novos funcionários a COOPERATIVA deverá realizar no prazo máximo de seis meses após admissão curso específico sobre a NR 10;
- f) A COOPERATIVA garantirá acompanhamento pelo SINDICATO de todos os cursos e iniciativas voltadas à requalificação profissional.

CLÁUSULA 22ª - POLÍTICA DE MÉRITOS E PROMOÇÕES

A Cooperativa e o Sindicato discutiram a proposta para aplicação de um percentual a ser destinado como verba para aplicação em méritos e promoções.

CLÁUSULA 23ª - REPRESENTANTE SINDICAL E LIBERAÇÕES

A COOPERATIVA garantirá a eleição de um representante sindical investido-o das prerrogativas previstas no artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA 24ª - TABELA DE SALÁRIOS

A COOPERATIVA se compromete a fornecer ao SINDICATO, quando este solicitar, a tabela de salários de todos os funcionários.

CLAUSULA 25ª - ISONOMIA SALARIAL

A COOPERATIVA garantirá o pagamento de igual salário para os trabalhadores que exerçam a mesma função.

CLAUSULA 26ª - IMPEDIMENTO À DISCRIMINAÇÃO

A COOPERATIVA cumprirá integralmente a Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre discriminação em matéria sobre emprego, profissão e condições de emprego.

CLAUSULA 27ª - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade, cor, raça, idade ou estado civil.

CLAUSULA 28ª - ASSÉDIO SEXUAL E MORAL

A COOPERATIVA, em respeito à dignidade humana do trabalhador, orientará os seus trabalhadores, gerentes e gestores, através de Instruções Normativas, objetivando neutralizar práticas de assédio sexual e assédio moral.

Parágrafo Único: A COOPERATIVA se compromete a realizar palestras, cursos e campanhas sobre o tema.



CLÁUSULA 29ª - DIREITO A INFORMAÇÕES E CONSULTAS

A COOPERATIVA, sempre que consultada, fornecerá informações ao SINDICATO sobre:

- a) riscos existentes na COOPERATIVA;
- b) acidentes de trabalho, doenças profissionais e outros riscos para a saúde;
- c) documentos existentes na COOPERATIVA relevantes às suas funções;
- d) atividades e medidas preventivas existentes na COOPERATIVA;
- e) atuações e informes de técnicos e de autoridades do trabalho.

CLAUSULA 30ª - ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A COOPERATIVA, tendo em vista a legitimidade do SINDICATO, bem como a sua filosofia de manter um relacionamento profissional e respeitoso, reconhecendo o direito de organização sindical, proporcionará condições adequadas para o SINDICATO exercer a sua representação. O SINDICATO, por sua vez, exercerá o seu papel, observando, para tanto, as normas gerais da COOPERATIVA e a legislação vigente.

Parágrafo Único: O SINDICATO deverá ter acesso livre às dependências da COOPERATIVA para:

- a) Sindicalização de trabalhadores;
- b) Acompanhamento de eventuais fiscalizações de iniciativa de órgãos públicos, em especial de Gerências Regionais do Trabalho;
- c) Acesso antecipado a informações referentes a reestruturação organizacional ou implantação de novas tecnologias;
- d) Reuniões com trabalhadores para esclarecimentos e debates acerca de assuntos de interesse dos mesmos;
- e) Representação dos trabalhadores, prioritariamente os sindicalizados, e do SINDICATO perante A COOPERATIVA.

CLÁUSULA 31ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E/OU CONFEDERATIVA E/OU NEGOCIAL

A COOPERATIVA procederá ao desconto, em folha de pagamento, nos termos do artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal da Contribuição Assistencial e/ou Confederativa e/ou Negocial consistente em 50% (cinquenta por cento) do reajuste salarial pago no primeiro mês de vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho aos trabalhadores. Fica assegurado o direito de oposição ao desconto, a ser exercido no prazo de 10 (dez) dias antes da data do desconto, mediante protocolo do pedido no SINDICATO.

CLAUSULA 32ª - ACESSO A INFORMAÇÕES

A COOPERATIVA se compromete a enviar para o SINDICATO, em até cinco dias após solicitação formal, as seguintes informações:

- a) Alterações de situações de emprego, salário, cargo, função e jornada de trabalho, bem como da estrutura organizacional.
- b) Condições de saúde, trabalho e mudanças tecnológicas.

[Handwritten signatures and initials]

- c) Relação mensal dos descontos das mensalidades sindicais, informando o motivo pelo qual trabalhadores sindicalizados eventualmente não tenham sofrido desconto da mensalidade sindical.
- d) Relação mensal de trabalhadores contendo informações sobre o número de trabalhadores existentes, admitidos e desligados no mês, seus respectivos salários e funções na data de admissão e desligamento.
- e) Quadro demonstrativo de funções e salários, nos meses de novembro e abril de cada ano, quadro demonstrativo de cargos, funções, padrões, salários, formas de acesso, aumentos de qualquer natureza, adicionais, prêmios e suas alterações.

CLÁUSULA 33ª - COMBATE ÀS PRÁTICAS ANTI-SINDICAIS

Considerando as melhores práticas de relacionamento entre COOPERATIVA e SINDICATO, considerando as práticas mais modernas ordenadas pela Organização Internacional do Trabalho e, por fim, considerando a missão da COOPERATIVA de valorização do trabalho, fica garantido que:

- a) Os trabalhadores gozarão de adequada proteção contra atos de discriminação com relação a seu emprego.
- b) Essa proteção aplicar-se-á especialmente a atos que visem: sujeitar o emprego de um trabalhador à condição de que não se filie a um sindicato ou deixe de ser membro de um sindicato; causar a demissão de um trabalhador ou prejudicá-lo de outra maneira por sua filiação a um sindicato ou por sua participação em atividades sindicais fora das horas de trabalho ou, com o consentimento do trabalhador, durante o horário de trabalho.
- c) A COOPERATIVA garantirá ao SINDICATO o acesso ao local de trabalho, mediante combinação prévia de condições.

CLAUSULA 34ª - REPRESENTANTE SINDICAL

A COOPERATIVA reconhece e concede garantia de emprego a representantes sindicais, desde a sua candidatura e até 1 (um) ano após o término de seu mandato, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) rescisão contratual por justa causa;
- b) pedido de demissão por parte de trabalhador.

Parágrafo Primeiro: O número de representantes sindicais considerados para os efeitos desta cláusula, para o SINDICATO signatário no presente acordo, é de 1 (um) representante sindical.

Parágrafo Segundo: A validade desta cláusula estará vinculada à apresentação, pelo SINDICATO, do seu representante eleito, dentro dos limites acima, e ao qual se aplicarão as políticas vigentes no âmbito da COOPERATIVA.

Parágrafo Terceiro: Para que não ocorram prejuízos à carreira profissional do trabalhador



que ocupa cargo de representante sindical, serão definidos critérios para se evitar tais prejuízos, levando-se em consideração o caráter público e social do trabalho exercido pelos representantes sindicais, será garantida a isonomia salarial.

Parágrafo Quarto: Fica vedada qualquer espécie de preterição de promoções, aumentos por mérito e discriminação no trabalho em função do trabalhador desempenhar seu papel de representante ou comparecer a eventos organizados pelo SINDICATO.

Parágrafo Quinto: O representante sindical poderá ausentar-se do serviço para atividades sindicais uma vez por mês, sem prejuízo nos salários, nas férias, 13º salário e descanso semanal remunerado, desde que pré-avisada a COOPERATIVA, por escrito, pelo SINDICATO, com antecedência mínima de 24 horas.

CLAUSULA 35ª - REALIZAÇÃO DE REUNIÕES

A COOPERATIVA garante que será permitida a realização de reuniões entre o SINDICATO, representado exclusivamente por seus diretores/representantes sindicais, e seus trabalhadores, nos seus respectivos locais de trabalho, visando a discussão de assuntos coletivos de interesse da categoria desde que informado a empresa com antecedência de 48 horas da data da reunião/assembleia, podendo as partes negociarem melhor dia e horário para tanto.

CLAUSULA 36ª - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E/OU ENCONTROS

A COOPERATIVA deve liberar seus funcionários e cipeiros para participarem de:

- a) Cursos ou Seminários e Palestras, relativos a questões e/ou temas de interesse da categoria, especialmente sobre prevenção e segurança no trabalho, sobre a saúde do trabalhador e meio ambiente no local de trabalho, o desenvolvimento tecnológico, programas de qualidade e produtividade, programas de formação, complementação e reciclagem profissional;
- b) O trabalhador que for convocado pelo Sindicato para o evento, não sofrerá prejuízo salarial, já que o seu comparecimento será considerado como de efetivo trabalho.
- c) Para a participação desses cursos, seminários ou palestras o trabalhador poderá ausentar-se do trabalho. O Sindicato, terá até 5 (cinco) dias, após a realização do curso ou seminário, para comprovar a frequência do trabalhador no evento.

CLÁUSULA 37ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

O descumprimento de qualquer cláusula constante no presente Acordo Coletivo de Trabalho implicará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do salário mínimo, por cláusula descumprida e por empregado, revertendo a multa em favor da parte prejudicada.

E assim, por estarem justos e contratados as partes firmam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, em 3 (três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas a que tudo assistiram.

CLÁUSULA 38ª: REPRESENTAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

A representação dos trabalhadores no local de trabalho é reconhecida somente aos dirigentes e representantes sindicais devidamente eleitos nos termos do Estatuto



Sindical e Acordos Coletivos de Trabalho. Qualquer outra forma de representação somente será reconhecida no caso de acordo entre Sindicato e Empresa.

CLÁUSULA 39ª: HOMOLOGAÇÃO

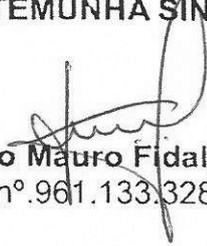
Todas as rescisões contratuais dos trabalhadores, independentemente do tempo de serviço na empresa, serão homologadas pelo Sindicato, comprometendo-se a empresa a comunicar ao Sindicato com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para agendamento e disponibilização de preposto responsável para acompanhamento e orientação do trabalhador.

Campinas, 31 de maio de 2022.


**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
DORCILIO GONÇALVES DO CARMO,
CPF nº 547.663.978-00.


**SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
DE ENERGIA ELÉTRICA DE CAMPINAS/SINERGIA CUT**
Claudinei Donizete Ceccato
CPF n.º 078.802.148-60

TESTEMUNHA SÍNDICATO


João Mauro Fidalgo
CPF nº.961.133.328-53

TESTEMUNHA UNIÃO


Paulo Zanqueta Carvalho
CPF n.º 070.448.088-32